

Novos projetos de desenvolvimento sócio-econômico para os povos indígenas da Amazônia

Data: 14/11/2001

Fonte: Gazeta Mercantil - PA

Local: Belém

Link: <http://www.investnews.net/?origem>

O Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) vai receber, a partir do próximo mês, projetos de desenvolvimento sócioeconômico dos povos indígenas do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão e Mato Grosso. Há hoje US\$ 15 milhões para projetos que considerem o manejo ambiental e respeitem as culturas e autonomia de cada etnia ou tribo. Esse dinheiro foi obtido por meio de doação do Grupo dos Sete (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália e Reino Unido), com contrapartida do governo brasileiro.

O coordenador do PDPI, Jersen José dos Santos Luciano, da etnia Baniwa, disse que o projeto incentiva o modelo de autogestão nas etapas de produção, escoamento e comercialização dos produtos que forem definidos em cada projeto. Para chegar à etapa atual, o PDPI preparou 800 líderes indígenas sobre gestão auto-sustentável, os quais se tornarão agentes multiplicadores desse novo modelo de política pública para cerca de 120 mil índios, representados por 307 organizações. 'Um dos objetivos do projeto é mudar a relação dos índios com o Estado. Defendemos uma política pública sem integralismo e sem paternalismo'.

O programa será desenvolvido em cinco anos, com possibilidade de renovação, caso as experiências se tornem bem-sucedidas. Os técnicos do PDPI esperam receber projetos de reflorestamento, de recuperação de áreas degradadas, criação de animais silvestres e artesanato. Cada comunidade deve eleger uma atividade que seja compatível com os recursos naturais disponíveis e com suas necessidades básicas. 'A orientação é que os projetos privilegiem a qualidade de vida da comunidade e a preservação do meio ambiente', disse Jersen. O comércio consta na lógica dos projetos, mas não deve ser determinante a ponto de agredir o meio e a cultura dos índios, segundo o coordenador do PDPI.

Jersen acredita que o programa vai aumentar a produção de alimentos em algumas regiões e contribuir com o abastecimento de pequenos centros urbanos. Há produtos que terão mercados mais distantes, como o artesanato, com venda assegurada nos grandes centros urbanos do País e do exterior. 'Cada projeto terá um perfil de autogestão acordada por cada povo', explica Jersen. Ele assegura que esse programa também pode frear a migração de índios para as cidades, onde são vítimas da pobreza e da discriminação. Estimativa das organizações que atuam na defesa dos índios indica que mais de 10 mil pessoas de diversas etnias estariam morando hoje em Manaus.

Atravessador

A preocupação do PDPI com um planejamento que leve em consideração, também, a comercialização dos produtos das comunidades envolvidas com o programa reside na obtenção de um preço justo. A Fundação Yakinõ, vinculada à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), atua, há dois anos, como facilitadora da venda do artesanato indígena para consumidores diretos e atacadistas. Na sede da fundação, em Manaus, há uma espécie de mostruário do artesanato das etnias da região. 'Já vi um xotó (cesto produzido pelos índios ianomâmi) sendo vendido por R\$ 20, quando na aldeia o atravessador paga apenas R\$ 2. Isso é um absurdo', protesta o coordenador da Yakinõ, Ismael Tariano. Ele disse que a Yakinõ está se regularizando juridicamente para 'fazer uma ponte' entre os índios e os compradores do artesanato para que os preços fiquem mais justos.

Outra preocupação do coordenador da Yakinõ é com o significado simbólico de cada peça. Ismael Tariano quer, por meio de estudos sobre a religião indígena, imprimir o significado que cada peça representa nas comunidades onde é produzida. A palavra artesanato, segundo ele, 'não dá conta do sentido simbólico' que cada comunidade confere aos seus objetos. 'Produzimos símbolos e não artesanato', afirma. Olhando cada peça indígena por essa ótica, Ismael Tariano defende que o incentivo à produção de objetos do cotidiano dos índios deve ser direcionado ao suprimento das necessidades básicas de cada comunidade e nunca como uma atividade meramente comercial.

Wilson Nogueira
de Manaus